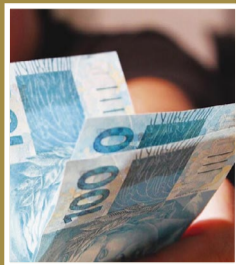


O compromisso

Acesse: www.sindsepmat.org.br



FIQUEM ESPERTOS

Não caiam no golpe dos empréstimos consignados

Página 2

FILHO ESPECIAL

Empregada da Ebserh tem redução de carga horária

Página 4

MUITA ATENÇÃO

Aposentado: confira como fica as regras para 2023

Página 4



ATÉ DIA 7

Início de março deve ser definido valor do reajuste dos servidores

Contraproposta de 13,5% apresentada pelos representantes dos servidores será analisada. A previsão é que o governo aceite negociar até 10%

Ficou para esta sexta-feira, dia 3 de março, a resposta do secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público, Sérgio Mendonça, sobre a contraproposta formal das entidades que representam os servidores públicos federais. Antes disso, foi feita outra reunião no dia 28 deste mês onde abriu-se a chance de um reajuste maior do que o governo federal estava colocando na mesa que é a de 7,8% a partir de março com acréscimo de R\$ 200,00 no auxílio-alimentação. Previsão é que até o dia 7/03 o martelo seja batido.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, que está acompanhando as negociações em Brasília, disse para os servidores de Mato Grosso que o aumento está assegurado mas temos que ter cautela. "Não vai ser aquele aumento que a gente tanto deseja mas após seis anos sem aumento já é um alento. Vamos continuar lutando até que nossas perdas sala-

Fotos: Mário Hashimoto



Até o dia 7 de março deve ser definido o percentual do aumento, segundo os negociadores

rias sejam enfim, restituídas".

Segundo os representantes, é possível melhorar a proposta, não apenas referente ao percentual de reajuste a ser aplicado nas remunerações, mas também integrar na proposta os demais benefícios, não apenas o auxílio-alimentação. O debate sobre a melhoria na contrapartida paga pelo governo nos planos de saúde é uma pauta antiga e precisa ser resgatada. Hoje servidores arcam com cerca de 70% do valor total pago pelos planos e só esse ano a Geap,

plano de autogestão que atende a maioria dos servidores e seus familiares, já anunciou aumento de 9% nas mensalidades.

Outros cenários - No ofício, as entidades questionam o governo sobre índices que foram discutidos na última reunião, mas não constaram da proposta formal feita aos servidores. Além disso, é fundamental que o governo esclareça se de fato o percentual será aplicado sobre os Vencimentos Básicos ou a Remuneração Total de todos os

servidores ativos, aposentados e pensionistas. Esse esclarecimento é fundamental para que a base decida em assembleias de forma clara sobre qual proposta de fato está sendo feita pelo governo e este é um ruído que precisa ser sanado na proposta formal.

Revogação - As entidades também cobram incluir na proposta uma solução definitiva para uma série de normativos antisindicais e/ou prejudiciais aos servidores públicos. Uma lista de instruções normativas, portarias e decretos foi listada. A categoria solicita ainda que as mesas setoriais tenham início já em março e que um calendário definitivo de funcionamento seja apresentado pela SEGRT.

Outro ponto defendido pelas entidades representativas dos servidores é a adoção plena da Convenção nº 151 da OIT (negociação coletiva, direito de greve e organização sindical no serviço público). (COM CONDSEF/FENADSEF)



Neste mês de fevereiro, o Sindsep-MT completou 33 anos de existência com muita luta em prol dos servidores públicos federais, em especial, aos nossos filiados. Parabéns para todos e todas que fizeram e fazem tudo isso acontecer.

13 motivos para ser contra a extinção da Funasa

Servidores da Funasa em todo o Brasil lutam contra a medida provisória (MP 1.156/2023), assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda no dia 1º e publicada no dia 2 no Diário Oficial da União. Os efeitos práticos da medida começaram a valer a partir do dia 24 de janeiro, mas a expectativa é de que o governo Lula reveja a decisão e invista na reestruturação do órgão e no diálogo com a categoria.

Conclamamos também a todos os parlamentares que observem esses pontos para que se somem na defesa da reestruturação da Funasa, um órgão essencial ao Brasil e aos brasileiros.

- 1) A execução orçamentária da Funasa é superior a 94%
- 2) Apesar da redução no quadro de pessoal e desmonte do órgão, o desempenho da instituição é efetivo nas entregas à sociedade
- 3) Associações e cooperativas de recicladores de materiais se fortalecem com as atuações da Funasa nos municípios
- 4) Interesse público relevante na proteção e inclusão de grupos populacionais vulneráveis

5) Metas para universalização do saneamento básico no Brasil passa pelo fortalecimento da Funasa como instituição

6) Sua extinção representa a paralisação de ações em curso com impactos negativos em comunidades rurais e tradicionais (ribeirinhos, quilombolas)

7) A Funasa tem parcerias com instituições de ensino técnico, superior e de pesquisa

8) O órgão contribui diretamente na formação de mestres, doutores e pós-doutores pelo país na área de saneamento

9) Elaborou o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) que depende de orçamento para ser implementado

10) Em seu quadro a Funasa conta com profissionais com a necessária interrelação entre as políticas de saúde, saneamento e meio ambiente

11) A extinção da Funasa é desproporcional e precipitada podendo trazer prejuízos à sustentabilidade do SUS e do próprio Ministério da Saúde

12) O governo já manifestou intenção de reestruturar outros órgãos e pode fazer o mesmo com a Funasa

13) Reestruturação SIM. Extinção NÃO



EBSERH

Empregada tem redução de 50% da carga horária para acompanhar filho especial

Ebsehiana é regida pela CLT que não prevê nada a respeito de redução de jornada para estes casos

Para abrir o mês de fevereiro com êxitos, o Sindsep-MT conseguiu uma vitória importante em ação impetrada na Justiça no Trabalho em defesa de uma empregada pública da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) de Cuiabá (MT), filiada ao sindicato, Cláudia Sandra Lenhardt de Oliveira. A trabalhadora tem um filho especial menor de idade e conseguiu a redução da sua carga horária em 50% sem redução de salários.

A advogada Adriane Santos dos Anjos, reforça que a decisão ainda não é definitiva, pois foi concedida em sede de liminar antecipatória: "Ainda haverá a apresentação de defesa, produção de provas e tentativa de conciliação entre as partes, mas já é uma grande vitória", esclarece.

É que a empregada da Ebserh é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), que não prevê nada a respeito de redução de jornada para mães nessa situação. No entanto, a fundamentação da ação foi no sentido de que tanto a Lei 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com Deficiência), quanto a Lei 8.112/90 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) contemplam essas situações, e devem ser aplicadas ao presente caso por analogia.

Sendo assim, o juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá, Fábio Luiz Pacheco, decidiu conceder a liminar em favor da trabalhadora, utilizando-se da jurisprudência, analogia, equidade e outros princípios e normas gerais do Direito para tanto.

Essa vitória, embora parcial, é muito importante e significativa. As mulheres trabalhadoras, em sua maioria, desenvolvem uma tripla jornada. Precisam dar conta de diversas demandas que o machismo estru-

tural atribuiu como exclusivas da mulher. O Estatuto da criança e do Adolescente diz que a responsabilidade com o cuidado de um filho é dos pais, mas também, do Estado. Para isso se faz necessário oferecer condições para que estes pais trabalhadores possam desenvolver seu papel, garantindo assistência às crianças, principalmente, as que necessitam de cuidados especiais.

Se você, servidor ou servidora, empregado ou empregada pública, é filiado ou filiada ao Sindsep-MT e se encontra em uma situação como essa ou passa por qualquer outro problema de ordem trabalhista, não deixe de procurar o sindicato.

"Estamos aqui para atender os nossos filiados e filiadas. Temos escritórios de advocacia à nossa disposição justamente para

Foto: Mario Hashimoto



Adriane dos Anjos: decisão ainda não é definitiva

defender os interesses dos nossos associados, que de alguma forma se sentem lesados no exercício de sua atividade laboral ou quem tenha seus direitos negados enquanto trabalhador. Essa é uma de nossas missões como sindicato", esclarece o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida.

ATENÇÃO SERVIDORES

Não caiam no golpe dos empréstimos consignados

Leiam com atenção pois a malandragem está solta. Eles conseguem ludibriar pessoas apenas com uma ligação de celular oferecendo mil vantagens

Se você é servidor público e recebe mensagens pelo aplicativo WhatsApp ou vive recebendo ligações de pessoas que se apresentam como correspondentes bancários ou instituições financeiras, você pode estar sendo vítima de empresas que aplicam o golpe do empréstimo consignado ou, para alguns, "golpe da falsa portabilidade".

- Empresas? Com CNPJ e tudo? - SIM!

O golpe do empréstimo consignado, que também é conhecido como o golpe do aluguel de margem ou do "golpe da falsa portabilidade", é bastante complexo e merece toda sua atenção para que você não seja mais uma das milhares vítimas que já caíram nessa fraude.

Empresas devidamente formalizadas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), geralmente registradas como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), e com nomes fantasia associados a siglas que remetem atividades financeiras como "Bank, Cred, Soluções Financeiras, Grupo Financeiro, Business" têm sido responsáveis pela aplicação da referida fraude. Em outros casos, os golpistas se valem de empresas constituídas com o único propósito de intermediar pagamentos, a qual acaba sendo a responsável pelo registro da chave PIX utilizada para receber os valores angariados com a prática criminosa e geralmente é denominada de "Intermediações de pagamento Ltda".

As "empresas" entram em contato com as potenciais vítimas e oferecem inúmeros benefícios financeiros, como promessas de redução da parcela de um empréstimo anterior ou então benefícios mensais, totalmente incompatíveis com investimentos habituais, como por exemplo, remuneração de 10% na realização do contrato em um mês.

Em quase 100% dos casos os representantes das empresas, juntamente com correspondentes bancários, facilitam a aprovação de Empréstimos Consignados ou

Crédito Pessoal para que as vítimas não desconfiem da má-fé da empresa golpista.

Há relatos de vítimas que receberam valores oriundos de empréstimos bancários sem sequer assinarem contratos juntamente a instituição financeira. Outras afirmam e comprovam com prints de mensagens de WhatsApp que receberam dos próprios golpistas links ou contratos bancários, com verdadeira tolerância das instituições financeiras, visto que permitem que empresas de má índole manipule seus contratos com fins esdrúxulos.

Em continuidade da empreitada criminosa, assim que a vítima recebe os valores oriundos de empréstimo é comunicada pelos próprios golpistas e estes se encarregam de fazer com que a vítima realize a todo custo a transferência bancária do montante recebido para conta bancária vinculada ao CNPJ da empresa.

Para alcançarem os objetivos os representantes da empresa usam de diversos argumentos, inclusive realizam os pagamentos das parcelas dos empréstimos de forma mensal para passarem mais credibilidade, até que somem com todos os recursos.

As abordagens mais comuns são as seguintes:

- A conclusão da operação de portabilidade pode ser automática ou manual, o BACEN que determina esse procedimento, e no seu caso foi determinado de forma manual, então você deve transferir os valores para a empresa, visto que por sermos Pessoa jurídica temos uma melhor margem de negociação com banco.

- Nossa empresa irá investir o valor empréstimo, que irá render em fundos de in-

vestimentos e no prazo de 6, 12 ou 18 meses e após vamos quitar o empréstimo e você irá lucrar com o aluguel de sua margem consignada que está parada sem utilização.

- Nossa empresa irá realizar um contrato e deixará tudo formalizado, com reconhecimento de firma no cartório e também com apólice de seguro que cobrirá qualquer risco do contrato, sendo que a empresa arcará fielmente com o pagamento das parcelas do consignado.

Por mais que tentem justificar a validade da transação, todas essas justificativas são inverídicas e fazem parte da cilada montada para induzir a vítima a erro.

Não existe portabilidade de empréstimo para outra instituição financeira de forma MANUAL, ou seja, a portabilidade é regulamentada pelo BACEN e ocorre entre instituições finan-

ceiras, não havendo necessidade de intermediação de terceiros, sendo inclusive vedada tal prática no sistema financeiro.

De igual modo, o investimento em "aluguel de margem consignada" não pode sequer ser justifi-

cado no mercado financeiro. O banco empresta valores com juros de mercado, que variam de 1% até 4% ao mês, e em cada operação bancária é realizada a cobrança de IOF e taxa de comissão do correspondente bancário, ou seja, para que haja lucro sobre o valor emprestado para empresa, esta teria que auferir rendimentos em renda variável de alto risco com resultados mensais superiores 8% do valor emprestado, visto que com os juros das parcelas a dívida basicamente dobra, valores inalcançáveis para qualquer investimento lícito.

Em outro giro, muitas vezes a apólice de seguro que afirma garantir o contrato se-

quer existe e, em outros casos, para passar mais credibilidade, os golpistas contratam seguros imobiliários contra incêndio e justificam que o negócio está coberto, porém não há cobertura da atividade desempenhada pela empresa golpista.

As empresas que aplicam o referido golpe podem estar sediadas em Estados diferentes das vítimas (geralmente estão localizadas no Rio de Janeiro) ou no próprio Estado em que a vítima reside. Em ambos os casos as empresas realmente constroem toda uma estrutura física para passarem mais credibilidade. Além disso, os golpistas fazem o recrutamento de agentes financeiros que são treinados para ludibriar as vítimas, havendo inclusive escalonamento de conhecimento sobre o golpe, sendo necessário em alguns casos a intervenção de gerentes que conhecem melhor o golpe.

Os golpistas são treinados para em alguns casos conseguirem a amizade das vítimas, criando um vínculo de intimidade, agem sempre como muita simpatia e atenção. Em outros casos, dão preferência para que mulheres atendam homens e homens atendam mulheres, o que acaba potencializando o poder de convencimento dos criminosos.

Aliás, outro fator que tem contribuído para o sucesso dessas fraudes é o alto investimento realizado pelos criminosos em publicidade nas mídias sociais patrocinando comerciais que, muitas vezes, são protagonizados por pessoas famosas, o que acaba construindo uma imagem de idoneidade dos serviços oferecidos por essas pessoas ou empresas.

Cita-se, a título de exemplo, o grupo Lótus, suspeito de aplicar o golpe do empréstimo consignado no Norte e Nordeste do país, que se valeu da imagem da cantora Joelma para reforçar a imagem da empresa e lograr êxito na aplicação de golpes.

Não se deixe enganar com os inúmeros esforços realizados por verdadeiras organizações criminosas, por mais que pareçam empresas sérias, desconfie!



ESPECIAL

Falta de servidores colocam em risco a vida da população

Tanto em áreas como saúde e educação como em órgãos de fiscalização, a falta de servidores compromete a prestação de serviços essenciais à população

Alvos de ataques e desmontes nos governos do ilegítimo Michel Temer (MDB) e, em especial no de Jair Bolsonaro (PL), o serviço público federal perdeu cerca de 150 mil servidores nos últimos seis anos. O resultado é a deterioração do atendimento à população em áreas como saúde, educação, previdência e segurança, além da falta de fiscalização em diversos setores como o ambiental.

“Hoje o país precisa de, no mínimo, mais 200 mil servidores públicos nas mais diversas áreas”, afirma o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva.

“Em 2019, a força de trabalho do Executivo era 665 mil. Ao final do governo Bolsonaro, eram 501 mil, ou seja, 160 mil a menos. Isso gera impacto não só no serviço prestado, mas também no trabalho de quem fica, que acaba sobrecarregado e adoecido”, diz o dirigente.

Tragédias como a que atinge o Território Yanomami, em Roraima, poderiam ter sido evitadas não só com políticas públicas consistentes e efetivas, mas também com servidores em número suficiente para prestar um atendimento de excelência aos indígenas. (Veja no final mais informações sobre o genocídio dos indígenas).

No geral, quem mais sofre com a destruição do setor público é o povo brasileiro, especialmente os mais pobres, que mais dependem desses serviços e não têm como pagar por saúde ou escolas particulares e precisam dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem ter de passar meses na fila virtual, aguardando atendimento.

Mas, as classes médias e altas também são prejudicadas com a falta de fiscais agropecuários ou ambientais, que controlam a qualidade da alimentação e da água, por exemplo.

De acordo com Sérgio Ronaldo da Silva, nos últimos anos, os governos Temer e Bolsonaro “quase conseguiram destruir a máquina pública, mas a resistência das centrais evitou um mal maior”, disse se referindo a atuação da CUT e demais centrais sindicais. Apesar disso, ressaltou, as consequências do desmonte são inevitáveis e trágicas como estamos vendo no caso dos yanomamis, que estão morrendo de fome e de doenças como malária.

Saúde, meio ambiente e INSS

As áreas da saúde e do meio ambiente são as mais emblemáticas, mas há problemas também na Previdência Social e outras.

O número insuficiente de servidores no Sistema Único de Saúde (SUS), nos mais diversos estados, pode significar a morte de trabalhadores e trabalhadoras.

“Na prática, o que ocorre são problemas como as filas em cirurgias eletivas, aquelas que podem ser agendadas. Se não

há profissionais em número suficiente, essas filas aumentam, e os problemas de saúde do paciente podem se agravar”, explica Sandro Cezar, secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e presidente da CUT-Rio de Janeiro

“O que poderia ser tratado sem ser emergência, pela demora excessiva, acaba evoluindo, se tornando um problema grave, e pode levar à morte por falta de atendimento”, ele complementa.

Ainda na área da saúde, Sandro Cezar aponta a carência de servidores para o atendimento básico de saúde, que poderia prevenir doenças futuras. “São coisas simples que podem virar casos de morte”, ele pontua.

Autarquias deficitárias

Responsável pela fiscalização ambiental e aplicação de penalidades administrativas no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, também tem como responsabilidade o registro de agrotóxicos, avaliando esses produtos e componentes do ponto de vista ambiental.

Em março de 2021, a autarquia contava 2.480 servidores estatutários. Em 2009 eram 4.208 empregados. Para além dessa redução, durante o governo de Jair Bolsonaro o Ibama passou a ser um território de perseguição, ameaças e desmoralização aos servidores que tentavam cumprir com as obrigações legais do instituto.

Em entrevista concedida ao portal Amazônia Real em setembro de 2022, o presidente da Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), Denis Riva, afirmou que hoje os órgãos ambientais foram totalmente desmontados durante a gestão de Bolsonaro.

“A fiscalização ambiental vem sendo ocupada por pessoas sem experiência e sem compromisso. É dever do próximo governo reestruturar os órgãos com a experiência dos técnicos e do movimento social comprometido com a agenda ambientalista”, disse Riva.

“O que o governo Bolsonaro fez foi um desmonte, com perseguição aos servidores, que passaram a ser cassados, transferidos. Aqueles que conseguiram exercer seu trabalho foram desmobilizados”, afirma o secretário de Meio Ambiente da CUT, Daniel Gaio.

O dirigente cita ainda os cortes do orçamento destinados à defesa do meio ambiente. A redução foi de 71% em relação a 2014, passando de R\$ 13,3 bilhões naquele ano para R\$ 3,7 bilhões em 2021. Os dados são do “O financiamento da gestão ambiental no Brasil: uma avaliação a partir do orçamento público federal”, realizado pela pelo Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ).

O ano de 2021 registrou o maior índice de desmatamento na Amazônia nos últimos 15 anos.

Quando não há servidores públicos para autuar, multar, prender, o que ocorre é uma permissividade para as ações ilegais, o garimpo ilegal, os crimes, os desmatamentos aconteçam. Isso era projeto de Bolsonaro”, pontua Daniel Gaio.

Funai

A crise humanitária vivida pela Comunidade Yanomami, em Roraima, é uma das consequências da falta de atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), também aparelhada pelo governo Bolsonaro de forma a desconsiderar as necessidades dos povos originários. O contingente de servidores também teve redução drástica ao longo dos anos. Em dez anos, o número passou de 2.587 para apenas 1.343 em 2022.

Em entrevista à GloboNews, procurador da República em Roraima, Alisson Marugal, afirmou que a falta de ação do órgão foi determinante para o agravamento da crise.

“O abandono da Funai nesse território, justamente quando os indígenas mais precisavam, foi determinante para que chegasse a situação que estamos hoje”, disse o procurador na entrevista.

A Funai é responsável por garantir direitos sociais, territoriais, culturais e ambientais de 305 povos indígenas que falam 274 línguas e ocupam 13% do território nacional. Esses povos estão distribuídos em áreas de alta biodiversidade, em muitos casos, marcadas pela atuação do crime organizado.

Segundo relatos dos servidores da Funai, faltam de coletes à prova de balas a combustível para abastecer as lanchas usadas em deslocamento. Falta também “apoio regular das forças de segurança aos 92 servidores que trabalham nas 5 bases estratégicas distribuídas pelo Vale do Javari”, disse a representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Mônica Machado, em audiência no Senado, em 2022.

A volta da fila no INSS

Outro gargalo recriado nos últimos anos foi a volta da fila, agora virtual, no INSS, fato que penaliza trabalhadores e trabalhadoras que buscam a aposentadoria e os benefícios a quem têm direito, como o auxílio-doença. Em setembro de 2022 a fila chegou a 5,5 milhões de pessoas esperando por atendimento.

Dados do próprio instituto, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), mostraram que em dezembro do ano passado, o tempo de espera para conseguir um atendimento para requerer benefícios como o auxílio-

acidente, invalidez e pensão por morte, chegavam a 122 dias, quando o prazo máximo deveria ser de 45 dias.

Isso se deve ao fato de que ao longo dos 10 últimos anos, a Previdência perdeu mais de 20 mil servidores. Especialistas da área apontam que a defasagem de servidores é de cerca de 23 mil trabalhadores.

“A falta de servidores no INSS implica no aumento da demora da concessão de benefícios. Hoje o INSS está reduzido a 50% do seu quadro. Antes, éramos 38 mil, hoje somos cerca de 18 mil”, afirma Vilma Ramos, Secretária-Geral do Sindicato dos Servidores do Seguro Social e Previdência no Estado de São Paulo (SINSSP).

A realidade hoje, ela explica, é de uma demanda significativamente maior do que a capacidade de trabalho, portanto, o que se consegue cumprir é somente o reconhecimento inicial do direito aos benefícios.

“As agências estão sem atendimento por falta de funcionários, que têm de ser qualificados. Não basta apenas receber o documento. É preciso orientar sobre como um beneficiário deve requerer o benefício e é preciso conhecer a legislação previdenciária”, diz a dirigente.

Perícia

A falta de médicos peritos no INSS agrava o problema, já que o número é insuficiente para dar vazão aos atendimentos.

Se um trabalhador dá entrada em um auxílio-acidente e não consegue passar pelo perito com rapidez, a fila aumentará. Vira uma bola de neve, diz Vilma, lembrando que o trabalhador fica sem renda, enquanto espera sua vez.

Ela observa ainda que a tecnologia adotada para tentar solucionar os problemas de atendimento no Instituto, na verdade se mostrou um facilitador para que benefícios fossem negados. “Isso acarreta em aumento de judicialização e um gasto maior pela União por ter negado benefícios aos quais o segurado tem direito. Vira uma roda vida de despesas e isso impacta na qualidade de atendimento à população”, pontua a dirigente.

Genocídio dos indígenas

Conforme dados colhidos pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2020 foram registrados 182 assassinatos de indígenas brasileiros. Em 19 estados, 201 terras indígenas foram alvos de 263 de invasões e explorações ilegais de recursos naturais.

O relatório aponta ainda que quase 50 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e 900 morreram em consequência dessa doença. Além disso, o documento aponta que mais de três mil crianças indígenas morreram no país, nos últimos quatro anos, de governo Bolsonaro. (FONTE: PORTAL CUT)

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelson Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinêia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.



A pontuação para a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade sofreu alterações. Confira abaixo as mudanças que começam a vigorar neste ano.

NOVAS REGRAS

Veja como ficam as mudanças nas aposentadorias em 2023

Quem está prestes a se aposentar precisa ficar atento. A reforma da Previdência estabeleceu regras automáticas de transição...

postas pela soma da idade e dos anos de contribuição subiu em janeiro: para 90 pontos (mulheres) e 100 pontos (homens).

Na segunda regra, que prevê idade mínima mais baixa para quem tem longo tempo de contribuição, a idade mínima para requerer o benefício passou para 58 anos...

Direito adquirido

Quem alcançou as condições para se aposentar por alguma regra de transição em 2022, mas não entrou com pedido no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no ano passado...

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) do fim da década de 90, o momento para conquistar o direito à aposentadoria ocorre quando o trabalhador alcança as condições...

Ao tomar posse, no último dia 3, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que pretende rever a reforma da Previdência. Dias depois, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad...

INSS pede ao STF suspensão das ações sobre "revisão da vida toda" até decisão definitiva

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão nacional de todos os processos sobre a chamada revisão da vida toda...

dificuldade em implantar essas revisões. Esse pedido de suspensão visa exatamente um tempo para se adaptar...

Outra justificativa utilizada é que o entendimento firmado resulta em alto impacto orçamentário, já que se faz necessária a alteração de sistemas de rotinas e processos...

Em dezembro de 2022, por seis votos a cinco, o STF aprovou a revisão da vida toda. Os ministros da corte validaram o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ)...

Se tiver uma enxurrada de processos concedidos agora, julgados procedentes, o INSS teria

"Em alguns casos, inclusive, os magistrados têm determinado que se usem os cálculos simulados pelos segurados em sistemas vendidos na internet...

Aposentadoria por idade

A regra de transição estabelece o acréscimo de seis meses a cada ano para as mulheres, até chegar a 62 anos em 2023.

Para homens, a idade mínima está fixada em 65 anos desde 2019. Para ambos os sexos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 15 anos.

Aposentadoria por tempo de contribuição

A reforma da Previdência estabeleceu quatro regras de transição, das quais duas previram modificações na virada de 2021 para 2022.



Table with 2 columns: NOME and DIA. Lists names and their corresponding dates for the March 2023 anniversary.

Table with 3 columns: Name, Date, and another Date. Lists names and their corresponding dates, continuing from the previous table.